O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 17 | Nº 50 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.10644731

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

TRANSPARÊNCIA DA POLÍTICA PÚBLICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICA DE RENDA NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19[1]

Ana Maria Heinrichs Maciel[2]

Nelson Guilherme Machado Pinto[3]

Kalinca Léia Becker[4]

Eron da Silva Domingues[5]

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar o nível de transparência da política pública de renda do auxílio emergencial, implementada no Brasil durante a pandemia da Covid- 19. O estudo classifica-se como descritivo, com abordagem quantitativa e utiliza como procedimento técnico uma análise documental, baseada na consulta de dados secundários de acesso público. Também é caracterizado como design science, por considerar a elaboração de constructos que auxiliam na melhoria das atuações humanas, sociais e das organizações, desenvolvendo soluções/artefatos para resolver problemas. A base de construção do modelo é fundamentada em índices já existentes e engloba três dimensões: monitoramento, avaliação e o acesso às informações. Como resultado do estudo, após as avaliações, o valor do Índice de Transparência da Política Pública do Auxílio Emergencial-ITPPAE resultou em 60,42% de transparência. O planejamento da política pública apresentou falhas principalmente na fase de monitoramento e controle, paralelamente onde foi observada maior falta de informações. Conclui-se que a fase inicial de implantação da política pública, aqui caracterizada na dimensão 1, foi a mais deficitária, necessitando de ajustes e melhorias no controle e planejamento desta política pública, visto que, possui extrema importância para evitar ilicitudes e impactos negativos nas outras dimensões, principalmente na possibilidade de avaliação da política pública.

Palavras-chave: Auxílio Emergencial; Covid-19; Indicador de Transparência; Políticas Públicas; Transparência.

Abstract

The aim of this research is to analyze the level of transparency in the public policy regarding the emergency income assistance implemented in Brazil during the Covid-19 pandemic. The study is descriptive in nature with a quantitative approach, employing documentary analysis as the technical procedure, based on the consultation of publicly accessible secondary data. It is also characterized as design science, as it considers the development of constructs that assist in improving human, social, and organizational actions, by devising solutions/artifacts to solve problems. The model's construction is based on existing indices and encompasses three dimensions: monitoring, evaluation, and access to information. As a result of the assessments, the value of the Emergency Income Assistance Public Policy Transparency Index (ITPPAE) amounted to 60.42%. The planning of the public policy exhibited flaws primarily in the monitoring and control phase, where a greater lack of information was observed. It is concluded that the initial implementation phase of the public policy, characterized here in dimension 1, was the most deficient, requiring adjustments and improvements in the control and planning of this public policy, as it holds extreme importance in preventing illegalities and negative impacts in other dimensions, particularly in the possibility of evaluating the public policy.

Keywords: Covid-19; Emergency Aid; Public Policy; Transparency; Transparency Indicator.

[1] O presente estudo contou com apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2] Mestra em Administração Pública pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: ana.heinrichs@hotmail.com

[3] Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Administração. E-mail: nelguimachado@hotmail.com

[4] Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Economia Aplicada. E-mail: kalinca.becker@ufsm.br

[5] Mestre em Gestão de Organizações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: dhomingues@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a temática da transparência de políticas públicas, tendo como objeto da pesquisa a política pública do programa implementado no Brasil durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020, denominado de Auxílio Emergencial. Este foi um programa criado e implantado sem grande planejamento, em virtude da urgência instaurada pela crise, o mesmo teve intuito de minimizar os impactos causados pela pandemia, levando uma renda mínima a população desempregada ou, que não pode exercer suas atividades devido ao isolamento social, fossem eles trabalhadores informais, autônomos ou microempreendedores individuais.

O estudo se justifica por dois motivos. Primero, que o programa foi criado às pressas e houve pouco rigor na sua aplicação, motivo pelo qual ocorreram muitas fraudes. Assim, avaliar se há transparência na política contribui na possibilidade de fiscalização. E ainda, há uma carência de instrumentos relacionados à avaliação e controle de políticas públicas em virtude de sua complexidade tênue que abrange diferentes áreas de intervenção. Isso torna deficitária a possibilidade de avaliar o quão transparente uma política é, assim, este índice vem contribuir no fortalecimento de ferramentas que auxiliam na visualização sintetizada do conjunto de ações englobadas no ciclo da política pública. Diante de cenários atípicos, todas as contribuições de controle e melhorias devem ser utilizadas para contemplar o aprimoramento das ações da gestão pública, além de fornecer à sociedade os meios de fiscalizar.

O objetivo deste estudo é analisar o nível de transparência da política pública de renda do auxílio emergencial implementada no Brasil durante a pandemia da Covid-19. Para criação do modelo o método utilizado denomina-se *design science*, que permite criar artefatos que contribuem com a melhoria dos processos/sistemas no ambiente social ou organizacional. A inovação do estudo deve-se ao considerar as variáveis, que elencam duas fases importantes dentro do ciclo de avaliação de uma política pública (monitoramento e avaliação) e a terceira, que consiste em avaliar a transparência pública, a qual permite na prática que as duas primeiras fases sejam avaliadas/realizadas. A união destas três dimensões possibilita demonstrar um índice de transparência da política de manutenção de renda.

A relevância do estudo direciona-se a todos os *stakeholders* da administração pública, ou seja, todos os grupos envolvidos na administração pública, gestores públicos, tomadores de decisão e a sociedade em geral, auxiliando na compreensão e avaliação dos resultados da aplicação das políticas de auxílio ao cidadão.

O presente estudo apresenta estruturalmente cinco seções. Após este tópico introdutório, discorre sobre a política pública de auxílio e renda que foi implementada no contexto brasileiro durante a

pandemia da Covid-19. Posteriormente, traz apresenta aspectos relevantes a serem considerados ao avaliar uma política pública, que deve contemplar dados na fase anterior e posterior a sua aplicação. Ainda no referencial no teórico é apresentada a discussão da transparência púbica e o aspecto legal, requisito pelo qual é possível a aplicação deste estudo. Após, é apresentada o método de estudo aplicado, tendo como base *design science* e a adaptação de um índice sintético que avalia o nível de transparência da política pública do auxilio emergencial. Logo após a aplicação do método, são analisadas as pontuações em cada dimensão que o índice contempla com a interpretação dos resultados. E por fim, as considerações finais com as conclusões do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A transparência na administração pública tem evoluído mundialmente, sendo que cada vez mais a sociedade fiscaliza as ações desenvolvidas pela gestão pública. Em cenários de crise mundial como a atual crise causada pela pandemia da Doença do Coronavírus 2019 - Covid-19 (MARANHÃO; SENHORAS, 2020), a gestão pública tem o grande desafio de desenvolver políticas públicas para auxiliar a sociedade e amenizar os efeitos e impactos socioeconômicos causados pela crise (RAFAEL *et al.*, 2020; PECI; AVELLANEDA; SUZUKI, 2021). Aliado a aplicação das políticas voltadas ao coletivo, também deve estar à transparência de tais ações, demonstrando os resultados do seu emprego.

Neste contexto, o objetivo da implementação das políticas públicas é a atuação e transformação da realidade da população, onde o produto de suas ações deve ser a alteração positiva no cenário (DIAS, 2017), o que leva a repensar as políticas existentes e adequá-las a nova realidade (RAFAEL *et al.*, 2020). Com isso, o Estado necessita agir e promover as condições comunitárias e sociais de forma estruturada, organizada e harmoniosa; objetivando alcançar propósitos pré-determinados de interesse da comunidade civil, podendo sugestionar métodos para solucionar conflitos identificados na sociedade, aplicando e garantindo os direitos dos cidadãos mais necessitados (DIAS, 2017; MATIAS-PEREIRA, 2020).

Com o propósito de atender a população que se tornou vulnerável em meio à crise, ocasionada pela pandemia da Covid-19, o governo federal criou o programa de auxílio e renda, denominado Auxílio Emergencial. As informações sobre os beneficiários (trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social) foram divulgadas no Portal da Transparência (ARAÚJO, 2020). Entretanto, há certo receio quanto à execução das políticas públicas de caráter assistencial, já que não há garantias que os recursos públicos

destinados à determinada política estão sendo empregados adequadamente e com objetivo de atender com eficiência ao interesse público social (SMANIO; NUNES, 2016).

Cabe assim, a importância de avaliar as políticas públicas e a efetividade do cumprimento do seu papel. Por isso, é essencial que isso ocorra com maior transparência, ampliando a divulgação das ações implementadas, envolvendo neste debate Estado e sociedade, onde a avaliação seja realizada por entidades/órgãos distintos do governo para assegurar a impessoalidade desses resultados (BRASIL, 2018). Além de implantar as políticas, caberia ao Estado prestar contas à sociedade sobre a efetividade dos programas, mas com recorrência a sociedade acaba por não ter conhecimento sobre essas aplicações, seja por falta de informações ou falta de clareza na divulgação das mesmas.

Neste sentido, a ampla divulgação de forma idônea das ações realizadas compreende as imposições da lei da transparência. Aprovada no ano 2011, a lei nº 12.527 estabelece as normas para o acesso e publicação dos dados públicos em todos os níveis de governo (BRASIL, 2011). Outra importante base é a Lei de Acesso à Informação – LAI - que garante o direito de todo cidadão em receber dos entes governamentais as informações de interesse individual e coletivo (RODRIGUES, 2020). Uma ferramenta de grande valia na demonstração dos dados é a internet. Esta teve ainda maior proporção de uso em virtude da pandemia e do distanciamento social, pois este tem sido o ponto de partida da sociedade para busca de informações (RAUPP; PINHO, 2020). Reforça-se assim a necessidade de disponibilizar dados seguros para acompanhamento, informação e orientação para a sociedade em geral.

A transparência governamental fora do período de normalidade de uma nação, como a atual crise, enfrenta períodos nebulosos e de grandes incertezas, acentuando a necessidade da ampla divulgação das informações (SANTOS; MOTA, 2020).

POLÍTICA PÚBLICA DE RENDA E A PANDEMIA DA COVID-19

A concentração de riquezas e a desigualdade social são problemas que decorrem de longa data (PASE; MELO, 2017). Neste sentido, as políticas públicas são direcionadas para atuarem nas lacunas existentes procurando resolver problemas cotidianos na sociedade. Assim, Matias-Pereira (2020), conceitua políticas públicas como um elenco de ações destinadas a resolver conflitos e carências sociais por meio da alocação de bens e recursos públicos, ao passo que com a aplicação das políticas garantem-se os direitos e atendem-se as carências sociais. Em geral, os conceitos existentes de políticas públicas assumem a ideia que o todo é mais importante que as individualidades, ou pequenas partes do todo, e

direcionam o olhar para aquele que é responsável por construir as alternativas, o governo (SOUZA, 2007).

A partir do século XX foram realizadas uma série de ações para tentar minimizar o problema da pobreza no mundo. Na América Latina e Caribe, são cerca de dezoito países que desenvolvem políticas públicas para mitigar a pobreza das populações que não dispõem de recursos para sua sobrevivência (PASE; MELO, 2017). Entre esses países está o Brasil, que desde então desenvolve ações que possam repercutir e mudar a realidade dos cidadãos (SOUZA, 2007). E assim, conforme Pase e Melo (2017), as políticas de transferência de renda são instituídas no sentido de garantir condições básicas de sobrevivência à população vulnerável.

No cenário atual, em decorrência da pandemia da Covid-19, a expansão das desigualdades se tornou mais evidente, levando os países a repensar a dimensão das políticas públicas. É necessário que sejam tomadas medidas imediatas para dar suporte aos menos favorecidos, tentando entregar a estes tudo que for preciso para aliviar o impacto da pandemia (NICOLA et. al. 2020). Ao comparar a atual crise com as anteriores, Mattei (2020) expõe a tamanha distinção entre ambas, pois esta é uma crise sanitária global, que além de roubar vidas causa impactos na economia mundial, afetando assim as questões socioeconômicas de forma geral. Camarano (2020) corrobora citando as consequências devastadoras da pandemia, que ocasiona mortes, perdas de emprego, diminuição de renda pela redução de membros dos domicílios, desencadeando diversos problemas econômicos para a unidade familiar.

Estes fatores socioeconômicos pressionam a ação do Estado, para que atue como agente regulador e mitigador desses impactos. Com o isolamento e a recessão mundial, ocorreu à redução dos empregos nos diversos setores econômicos (NICOLA *et al*., 2020), afetando tanto empregos diretos como indiretos e desencadeando a necessidade de apoio financeiro governamental (SULLIVAN; WOLFF, 2021). Assim, há necessidade de o Estado implementar políticas voltadas à população que ficou desempregada involuntariamente, bem como, os que trabalham na informalidade e àqueles que vivem na pobreza (KOMATSU; MENEZES-FILHO, 2020). De fato, a complexidade do cenário é desafiadora, principalmente para programar políticas públicas que sejam efetivas para a população (RAFAEL *et al*, 2020) ao considerar que esta mesma população espera por estratégias e respostas governamentais (PECI; AVELLANEDA; SUZUKI, 2021).

Diante desta necessidade, a lei nº 13.982/2020 que institui a Renda Básica Emergencial (RBE), foi aprovada com intuito de realizar transferência de renda no valor de R$600,00 (seiscentos reais) para a população apta a participar do programa (BARBOSA; PRATES, 2020). A mesma lei objetiva fornecer auxílio de renda mínima para trabalhadores informais, Microempreendedores Individuais (MEIs),

autônomos e desempregados, bem como dispõe de regras elegíveis para participação; como a quantidade de parcelas a serem pagas a cada destinatário, por exemplo (ALVARES, 2020).

Embora o programa seja desenvolvido com intuito de atender a todos que estão sem fonte de renda, Alvares (2020) destaca que ficam ainda extratos, ou determinados grupos que não são alcançados por esta política, ou seja, ela não é capaz de atingir toda a sociedade necessitada, considerando as diversas peculiaridades de casos. Em simulação realizada por Komatsu e Menezes Filho (2020) este programa poderia auxiliar na redução da pobreza adicional e na desigualdade social, caso fosse focada somente nas famílias mais pobres, sem incluir os informais que ganham acima da renda de corte do programa. Na ótica de Alvares (2020), embora a política não seja perfeita, pode ser considerada bem sucedida quanto ao fim que se propôs.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na busca de mensurar os resultados da aplicação das ações governamentais sociais, instituições desenvolvem metodologias que retratem de forma abrangente a realidade social antes, durante e após a sua aplicação, transformando esses indicadores em "balizadores de políticas públicas" (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2016). Por isso, é fundamental avaliar se essas mudanças na realidade social foram alcançadas ou não, ou seja, se a política atingiu ao objetivo que se propôs (GERTLET *et al*., 2018).

A formulação de políticas públicas pode ser dividida em duas fases, sendo estas: a análise *ex-ante*, que visa refletir sobre a criação ou aprimoramento, ou seja, é anterior a aplicação, e a segunda parte denominada de avaliação *ex-post,* que compreende a execução, com a avaliação posterior a aplicação da política (BRASIL, 2018). Para realizar a avaliação das políticas a disponibilização de dados sociais é de grande importância. Desta forma, Guimarães e Januzzi (2016) citam os órgãos do Sistema Estatístico Nacional - IBGE, agências federais (INEP, DATASUS, Ministério do Trabalho) e institutos estaduais de estatística com importantes parceiros neste processo.

Para a avaliação de uma política é necessário o uso de metodologia formal, com maior aprofundamento, visto sua amplitude de sintetização, bem como por considerar os benefícios impalpáveis, ou não percebidos de maneira específica pela sociedade. Assim, utilizam-se técnicas avançadas de computação e estatísticas de manipulação de grandes bases de dados que permitem criar resultados com base na proposta de cada política (BRASIL 2018).

É possível dividir as avaliações conforme a pergunta que se busca responder, conforme as características do programa em análise. Como descritiva, quando procuram saber o que está acontecendo. Como normativa, quando comparam o que está acontecendo ao que deveria acontecer. E

por fim, como de causa e efeito, ligada a atribuição, ou seja, a diferença que as políticas implementadas exercem nos resultados (GERTLER *et al*., 2018).

Internacionalmente os estudos de avaliação são desenvolvidos há mais tempo, no entanto, no Brasil a avaliação já é reconhecida como importante para avaliar a eficácia, eficiência e efetividade dos programas e vem sendo executada de forma sistemática pelo governo federal e alguns estados (CUNHA, 2018). A cultura do uso de indicadores sociais se fortaleceu no país nos últimos anos, ampliando sua utilização para diversas instituições e órgãos (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2016). Por meio dos resultados avaliativos, é possível aperfeiçoar e legitimar o gasto público, alocando e orientando adequadamente as decisões das políticas públicas (GERTLER *et al*., 2018).

TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

No contexto atual da administração pública, os termos de transparência, governança e *accountability* são temas que estão presentes em muitos estudos, pois estão diretamente ligados às exigências e imposições de leis. Outro fator que colocou os termos em evidência, diz respeito à mudança de cultura da sociedade, a qual passou a participar mais da gestão e do controle dos recursos públicos (MATIAS-PEREIRA, 2020).

A transparência na administração pública tem evoluído significativamente ao longo dos anos, todavia, quando a análise ocorre sobre a ótica de um novo cenário, taxado como imediatista, e que exige demandas emergentes, muitas vezes o comportamento dos tomadores de decisão tende a mudar de lógica (SANTOS; MOTA, 2020). Diante destas novas demandas específicas cabe refletir sobre os meios para garantir que de fato ocorra a transparência nas ações executadas pelos tomadores de decisões. A sociedade se preocupa com a corrupção e com isso exige maior transparência e responsabilidade dos gestores públicos (MATIAS-PEREIRA, 2020).

Frente as transformações ocasionadas pela pandemia, tanto as decisões como as demandas por informações são realizadas de maneira acelerada e o ritmo do processo todo também sofre alterações, além de terem demandas por informações específicas (SANTOS; MOTA, 2020). Surgiram portais, ou seções específicas relacionadas as informações sobre a Covid-19, e este fato auxilia muito aqueles que buscam informações específicas do tema, além de contribuir com o exercício da transparência (RAUPP; PINHO, 2020).

Por meio da aplicação correta dos conceitos, a transparência das informações possibilita que ocorra a *accountability* - ou a prestação de contas - e a governança por parte daqueles que são os *stakeholders* – grupo de interesse - da gestão pública (MATIAS-PEREIRA, 2020). Assim, aliam-se as

boas práticas na administração pública e consequentemente, contribuem com o sucesso da gestão governamental.

Após essa grave crise e a todos os percalços ocasionados, pressupõe-se que com a prática governamental da disponibilização de dados ocorra de forma mais ágil, visto que a tendência é que tais hábitos tendem a se refletir e impactar no futuro, pois a agilidade nas informações é um costume que deve permanecer (SANTOS; MOTA, 2020). Embora tenham ocorrido evoluções significativas na transparência pública ainda existem muitos pontos que devem ser melhorados; ações concomitantes entre os participantes, exigindo o comprometimento dos governos (federal, estaduais e municipais) e a mobilização da sociedade, construindo desta forma uma transparência mais efetiva (RAUPP; PINHO, 2020).

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se quanto ao seu objetivo como descritivo, visto que procura trazer os diversos aspectos relacionados ao tema, procurando descrever características do fenômeno aqui abordado (GIL, 2019). A abordagem do estudo é quantitativa, com foco em analisar a transparência da política pública de renda do auxílio emergencial, mensurando o nível, ou índice de transparência desta política pública implementada no Brasil no período de pandemia. Os indicadores permitem realizar a medição indireta de um fenômeno, utilizando-se de variáveis de interesse que auxiliam na medição, e os índices são a combinação de duas variáveis ou mais, ou de indicadores, que permitem ordenar um conjunto de objetos, e assim, medir variáveis complexas (BÊRNI; FERNANDEZ, 2012).

Para criação do índice utilizou-se o método de estudo caracterizado como *design science*, por considerar a elaboração de constructos que venham a auxiliar na prática a realidade, mesmos sendo estes indicadores artificiais, ou como neste caso, índices sintéticos. A *design science* "procura desenvolver e projetar soluções para melhorar sistemas existentes, resolver problemas ou, ainda, criar novos artefatos que contribuam para uma melhor atuação humana, seja na sociedade, seja nas organizações" (DRESCH; LACERDA; ANTUNES JUNIOR, p.56, 2015).

Para tanto, o modelo de análise foi adaptado da Escala Brasil transparente, desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU), e com base no Índice de Transparência da Covid-19, desenvolvido pela *Open Knowledge Brasil* - OKBR. A Rede pelo Conhecimento Livre - RCL, também conhecida como OKBR, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013 (OPEN KNOWLEDGE BRASIL, 2020). O índice de transparência criado pela organização citada foi usado como parte da base de construção devido ao seu fácil entendimento e

intuito de promover transparência participativa, facilitando o acesso para toda a sociedade. Foram incluídos neste modelo proposto, a dimensão de monitoramento e avaliação, pois conforme Raposo *et al*., (2023) estas são as etapas de destaque em uma política pública.

Assim, o índice proposto é denominado Índice de Transparência da Política Pública do Auxílio Emergencial ($ITPP_{AE}$) é um indicador sintético, ou seja, que busca sintetizar uma base de dados procurando traduzir de forma quantitativa o fenômeno estudado (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2016). O índice compreende três dimensões, as quais envolvem o monitoramento (D1), a avaliação (D2) e o acesso à informação (D3). São consideradas no estudo somente informações de transparência ativa, que são aquelas disponibilizadas por iniciativa do próprio poder público e independe de solicitações (POSSAMAI; SCHINDLER, 2017). Cada uma destas dimensões é constituída por um conjunto de variáveis avaliadas individualmente, onde são atribuídos pesos/notas diferentes conforme as características apresentadas na base. O Quadro 1 apresenta as variáveis em cada dimensão do modelo proposto.

Quadro 1- Modelo de análise: dimensões e variáveis do Índice de Transparência da Política Pública do Auxílio Emergencial

Dimensões	Variáveis	Descrição da	Pontuação
D1 (Monitoramento)	Idade	Idade ou Faixa Etária	0 = não apresenta 0,5=apresenta parcial 1 = apresenta
	Sexo	Feminino, masculino	
	Chefe de família	Pai ou mãe de família	
	Nº de filhos	Número	
	Localização	Município, estado.	
	Benefício concedido a MEI	Número	
	Benefício concedido a autônomo(a)	Número	
	Benefício concedido a desempregado (a)	Número	
	Nª de benefícios originários do bolsa família	Optantes pelo Auxílio emergencial	
	Nª de benefícios CadÚnico	Só cadastrados, mas sem receber outros auxílios	
	Nª de parcelas pagas ao beneficiário e Valor	Valor, data, número de transferência	
D2 (Avaliação)	Divulgação da meta da política pública	Meta da política	0 = não apresenta 0,5=apresenta parcial 1 = apresenta
	Benefícios concedidos em cada fase.	Número e fase	
	Benefícios negados	Número e fase	
	Benefícios cancelados	Cancelados por irregularidades	
	Benefícios suspensos	Suspenso por volta ao emprego	
	Quantidade total de pessoas beneficiadas	Direta e indiretamente	
	Benefícios devolvidos	Devolvidos por iniciativa do beneficiário	
D3 (Acesso à Informação)	Perguntas e Tira Dúvidas	Perguntas e respostas básicas de orientação	0 = não apresenta 0,5=apresenta parcial 1 = apresenta
	Visualização dos dados	Painel público de consulta	
	Clareza	Facilidade de entendimento	
	Formato dos dados	Dados editáveis em planilha	
	Séries históricas	Base de dados única e atualizada e completa	
	Disponibilidade de download	Disponível para download	

Fonte: Possamai e Schindler (2017); Controladoria Geral da União (2018); OKBR (2020); Raupp e Pinho (2020).

A nota final do índice é obtida por meio da equação:

$$ITPP_{AE} = \left(\frac{\sum Dimensão1 + \sum Dimensão2 + \sum Dimensão3}{\sum Possíveis\ pontos} \right) x\ 100 \quad (1)$$

Onde:

> ITPP$_{AE}$ =O Índice de Transparência da Política Pública do Auxílio Emergencial é o resultado da análise do estudo, que visa sintetizar de forma quantitativa a transparência desta política.
>
> Dimensão 1= envolve o conjunto de variáveis relacionadas ao monitoramento da política pública, dividida em onze variáveis.
>
> Dimensão 2 = envolve o conjunto de variáveis relacionadas a avaliação da política, aqui compreendidas no âmbito de cinco variáveis.
>
> Dimensão 3= envolve o conjunto de varáveis direcionadas a avaliar o acesso a Informação e é composto de cinco variáveis.
>
> Possíveis pontos = compreende o total de pontos possível de serem encontrados no quando somadas as pontuações máximas de cada variável. Assim, o total de possíveis pontos é vinte e dois. Onde, cada conjunto é obtido com a soma das variáveis de sua dimensão, e por fim é transformado em percentual.

Conforme proposto pela *Open Knowledge Brasil* (2020), cada variável recebe peso 1. O índice é representado em uma escala de 0 a 1, em que 0 é atribuído quando a informação não está disponível. Ao atender parcialmente aos requisitos, atribui-se a nota 0,5, e quando atende totalmente ao requisito é atribuído o valor máximo para o item, ou seja, 1. Cada dimensão tem valor proporcional ao número de variáveis, sendo a dimensão 1 com pontuação a quem tem maior representatividade 45,83%. A dimensão 2, que envolve as variáveis que são importantes na avaliação representa 29,17%. E por fim a dimensão 3, pautada nas premissas da Lei de Acesso à informação, que representa 25,00% da pontuação total.

Quanto aos procedimentos técnicos para realização do estudo classifica-se como uma análise documental. A obtenção dos dados da pesquisa foi realizada por meio do Portal da Transparência do governo federal e dados do Ministério da Cidadania. Assim, a fonte de dados é caracterizada como dados secundários, já tratados anteriormente. Para melhor entendimento dos itens dispostos para consulta é possível consultar o dicionário descritivo que faz breve definição sobre cada item disponível no site, conforme descrito no Quadro 2.

Foram observadas informações recentes disponibilizadas nos portais e *links* de acesso direto a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, que facilitem o acesso a outras informações relacionadas a prestação de contas de programas sociais.

Quadro 2 – Dicionário descritivo estruturado do perfil dos dados secundários disponibilizados para consulta pública

Item	Descrição do item na planilha
Mês disponibilizado	Ano/Mês a que se refere a parcela, no formato AAAAMM.
UF	Sigla da Unidade Federativa do beneficiário do Auxílio Emergencial.
Código do município	Código, no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do município do beneficiário do Auxílio Emergencial.
Nome do município	Nome do município do beneficiário do Auxílio Emergencial.
NIS Beneficiário	Número de Identificação Social (NIS) do beneficiário do Auxílio Emergencial, caso possua.
CPF Beneficiário	Número no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do beneficiário do Auxílio Emergencial, caso possua.
Nome Beneficiário	Nome do beneficiário do Auxílio Emergencial.
NIS responsável	Número de Identificação Social (NIS) do responsável pelo beneficiário do Auxílio Emergencial, caso possua.
CPF responsável	Número no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pelo beneficiário do Auxílio Emergencial, caso possua.
Nome responsável	Nome do responsável pelo beneficiário do Auxílio Emergencial, caso possua.
Enquadramento	Identifica se o beneficiário é do grupo Bolsa Família, Inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) ou Não Inscrito no Cadastro Único (ExtraCad).
Parcela	Número sequencial da parcela disponibilizada.
Observação	Indica alterações na parcela disponibilizada como, por exemplo, se foi devolvida ou está retida.
Valor benefício	Valor disponibilizado na parcela.

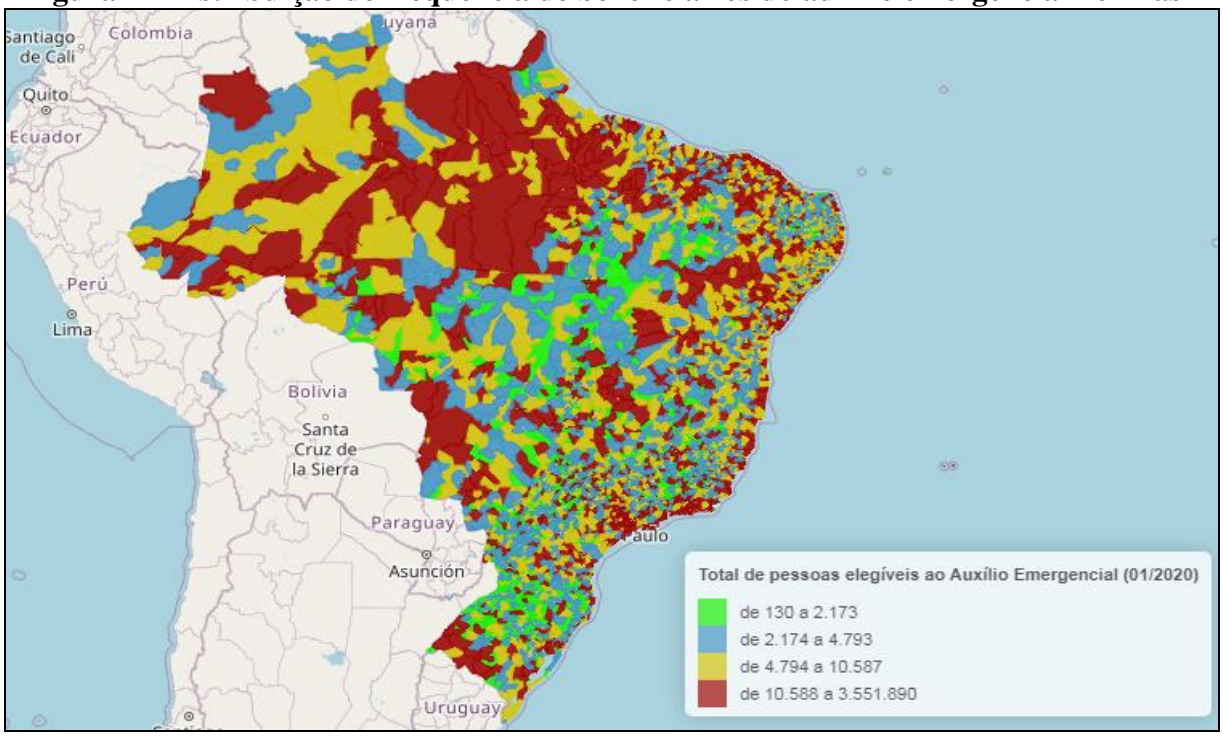
Fonte: Portal da Transparência

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir do modelo metodológico, foram aplicadas as análises na prática, buscando as informações disponibilizadas de forma aberta no portal público, realizando a análise de cada item contemplado no modelo e consolidados por dimensões, de modo a identificar quais são os itens de maior representatividade no processo. E ainda, os mais deficitários na avaliação. O auxílio emergencial foi um benefício que abrangeu grande parcela da população brasileira.

Foram beneficiadas no Brasil, de acordo com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação-SAGI (2020), cerca de 68,2 milhões de pessoas (68.178.729) da população, gerando aos cofres públicos um despendido de R$ 230,98 bilhões. Entretanto, a informação constante no portal do Ministério da Cidadania (2020) é de que foram 118.076.461 (cento e dezoito milhões e setenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e uma pessoas) assistidas, cerca de 55,8% da população brasileira. A Informação não é clara quanto ao termo “assistidas”, não é possível inferir se refere somente aos que receberam, ou envolve crianças e demais familiares indiretamente atendidos. A Figura 1 contribui de maneira visual para entender a participação populacional no programa a nível nacional.

Figura 1 - Distribuição de frequência de beneficiários do auxílio emergencial no Brasil



Fonte: SAGI (2020).

Como observado, as variações de frequência de beneficiários distribuídos no mapa estão agrupadas com maior homogeneidade na região norte do país, com grande contribuição dos usuários de bolsa família, que consequentemente eleva a participação da região no programa do auxílio emergencial. Esta ferramenta dinâmica está disponível para consulta na fonte citada, e possibilita a interação do usuário na interface. O Portal da Transparência disponibiliza uma série de informações para consulta e que podem ser acessadas utilizando-se de filtros para facilitar as buscas relacionadas ao auxílio emergencial.

Avaliação dos dados nas respectivas dimensões

Analisando os dados de acordo com a ordem da proposta do modelo, não é possível identificar a idade dos beneficiários, nem tampouco o sexo. A distinção pode ser feita parcialmente pelos nomes, no entanto, como alguns nomes possuem utilização tanto para feminino quanto para masculino esta regra não pode ser adotada. Assim, os itens apresentaram nota 0 (zero) nesta análise.

Em relação a variável chefe de família, não consta no relatório este termo, mas pode ser analisada quando relacionada ao item ¨valor do benefício" uma vez que a distinção de chefe de família ou não também pode ser associada ao valor da parcela, que no caso de chefe de família era beneficiado com R$1.200,00 (mil e duzentos reais). Logo, atribui-se nota 1. Entretanto, mesmo realizando a

declaração como chefe de família, cabe analisar o número de pessoas que são beneficiadas com este valor, pois a ideia central é atender uma mulher, ou homem, que seja chefe da família, deixando margem à variação do número de filhos. Tal informação não consta, e por isso recebeu nota 0 (zero). Destaca-se a importância de analisar em uma política o número de atendidos de forma direta e indiretamente, pois em casos de famílias grandes a política pode não atender ao objetivo proposto considerando a maior necessidade de recursos.

A localização pode ser consultada tanto nos filtros quanto nas planilhas em formato CSV, segregando tanto em estados como em municípios. Porém, as planilhas quando baixadas não possuem informações completas, contendo dados em branco quanto a estes fatores. Assim, a este item a nota atribuída foi 1 mesmo com esta divergência nas planilhas é possível fazer a buscar direto no portal, acessando os dados por município ou estado.

No item enquadramento, é possível verificar a segregação em três classes: Bolsa Família, CadÚnico e Extracad, estes últimos relacionam-se ao público que fez solicitação do auxílio por meio do aplicativo da Caixa. Nestes, não há classificação/especificação relacionando tratar-se de Microempreendedor individual (MEI), autônomos ou desempregados. Assim, aos três itens atribui-se nota 0 (zero).

Entre as informações que estão mais claras na plataforma do portal da transparência, relacionam-se aos beneficiários que já possuíam cadastro na base de dados de programas sociais de renda. O número de benefícios originários do bolsa família e o número de benefícios concedidos a pessoas cadastradas no CadÚnico, bem como o número de parcelas concedidas. Atenta-se também que há distinção também quanto ao valor pago em cada parcela, bem como o número total de parcelas pagas ao usuário.

A dimensão 2, que compreende as variáveis que permitem fazer a avaliação da política, associada às demais informações da fase anterior, tem em seu primeiro tópico a divulgação da meta da política pública do auxílio emergencial. Essa informação está divulgada no portal do governo federal, a saber-se que foi “Criado para assegurar uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia da COVID-19, o benefício de R$600,00 é concedido a todos os brasileiros que se enquadram nos critérios da lei” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

O número de benefícios concedidos em cada fase, bem como o valor total pago em cada fase, são informações que estão explícitas nos dois portais, mas com variações entre as duas fontes. Em virtude deste fato foi atribuída nota 0,5 ao item. Não há informações do número total de pessoas beneficiadas, relacionando demais membros da família que não receberam benefícios, mas que também são beneficiados com o mesmo.

Entre os dados disponíveis sobre o auxílio emergencial, não é possível consultar no portal da transparência a população de benefícios que foram negados desde a sua solicitação. Os benefícios cancelados também podem ser interpretados como os benefícios suspensos ou como retidos.

Os benefícios devolvidos estão expressos em reais e giram em torno de um bilhão e trezentos e sessenta e nove milhões e quinhentos e sessenta e três mil reais (R$ 1.369.563.000). Daqueles que não tiveram movimentação e foram devolvidos/recolhidos ao Ministério são R$ 735.346.800 (setecentos e trinta e cinco milhões e trezentos e quarenta e seis mil e oitocentos reais) e demais, que ainda constam em processo de devolução para o Ministérios.

A dimensão três (D3) contempla variáveis que dizem respeito ao acesso à informação e facilidade de acesso aos dados. Como fonte básica de orientações analisa-se as perguntas e respostas que servem de orientação para todos os que acessam, orientando como proceder diante de todo o fluxo do processo, avaliando-se assim que o mesmo (Ministério da Cidadania) é bastante completo, e possui clareza nas informações e orientações à sociedade.

A visualização dos dados em geral é facilitada pela boa organização, com fontes de tamanho adequado e com filtros que possibilitam a realização de seleções que facilitam as buscas e a separação dos dados. Em geral, também existe clareza nas informações prestadas, sendo estas, disponibilizadas com um vocabulário de fácil compreensão, sendo que em poucos casos há possibilidade de efetuar interpretações ambíguas.

Todavia, vale ressaltar a divergência existente entre os portais, no que tange as informações de valores de beneficiários entre o SAGI (2020) e o Ministério da Cidadania (2020). Não obstante sobre a forma de acesso aos dados, há possibilidade de realizar *download* de documentos em formato *CSV* e *PDF*, conforme filtros por períodos e busca por séries históricas. No entanto, a busca pelo Portal da Transparência é um tanto intrincada, enquanto, que pelo portal do Ministério não é possível baixar os resultados desejados nos formatos supracitados. O produto das avaliações foi demonstrado no Quadro 3, bem como sua porcentagem alcançada em cada uma das dimensões.

Com base nas informações disponibilizadas no Portal da Transparência, do Ministério da Cidadania, e nos links de acesso das informações disponibilizadas pelo SAGI, foram avaliadas as variáveis de cada dimensão e atribuídas as notas para aplicação na equação, conforme metodologia explanada anteriormente.

Quadro 3- Síntese de resultados da análise e pontuação dos indicadores de monitoramento, avaliação e acesso à informação para construção do ITPP$_{AE}$

Dimensões	Variáveis	Pontuação atribuída	Pontuação total	Percentual/ pontos possíveis e realizados
D1 (Monitoramento)	Idade	0	4,00	**Possíveis: 11** %Possível: 45,83% % Realizado: 16,67%
	Sexo	0		
	Chefe de família	0		
	Nº de filhos	0		
	Localização	1		
	Benefício concedido a MEI	0		
	Benefício concedido a autônomo(a)	0		
	Benefício concedido desempregado(a)	0		
	Nª de benefícios originários do bolsa família	1		
	Nª de benefícios CadÚnico	1		
	Nª de parcelas pagas ao beneficiário e Valor	1		
D2 (Avaliação)	Divulgação da meta da política pública	1	5,00	**Possíveis: 7** %Possível: 29,17% % Realizado: 20,83%
	Benefícios concedidos em cada fase.	1		
	Benefícios negados	0		
	Benefícios cancelados	1		
	Benefícios suspensos	1		
	Quantidade total de pessoas beneficiadas	0		
	Benefícios devolvidos	1		
D3 (Acesso à Informação)	Perguntas e Tira Dúvidas	1	5,50	**Possíveis: 6** %Possível: 25% % Realizado: 22,92%
	Visualização dos dados	1		
	Clareza da informação	1		
	Formato dos dados	0,5		
	Séries históricas	1		
	Disponibilidade de download	1		

Fonte: Elaboração própria.

Índice de transparência da política pública do auxílio emergencial

A avaliação foi aplicada em fevereiro de 2020 e pautada nas informações atualizadas até este período. Assim, o índice obtido na equação foi de 60,42%.

$$ITPP_{AE} = \left(\frac{4+5+5{,}5}{24}\right) x\ 100 = 0{,}6042\ x\ 100 = 60{,}42\% \quad (2)$$

Observa-se na dimensão 1 os percentuais mais baixos de avaliação, o que leva a reflexão a fase inicial de implantação da política. Embora tenha sido um período turbulento, que exigia medidas imediatistas, alguns aspectos passaram despercebidos frente ao planejamento, principalmente de controle da administração pública. Embora o país tenha avançado em relação à transparência, a pandemia também serviu como alerta para direcionar maior atenção na aplicação de medidas emergenciais, sendo interessante maior reflexão sobre os pontos positivos e negativos na condução da crise por gestores públicos (GASPARETTO JUNIOR, 2020).

Há uma grande parcela de trabalhadores informais que não estão cadastrados em nenhum programa de renda, ou outro programa social, e de fato as maiores notas foram atribuídas justamente

para os fatores relacionados àqueles que já possuem cadastros na base de dados do governo, beneficiários do programa bolsa família e do CadÚnico. Entretanto, Schymura (2020), relata que uma parcela considerável do público-alvo do programa não estava nos cadastrados do CadÚnico, o que levou o governo a encontrar grandes dificuldades no processo operacional do auxílio emergencial.

A dimensão que compreende as variáveis que permitem avaliar o efeito da política apresentou percentual mais satisfatório, em relação ao percentual total do item. Quando avaliado de maneira geral apresentou maior parte dos requisitos, entretanto a maior fraqueza é compreender a quantidade total de beneficiados no programa. Em virtude das falhas de controle operacional indicados na dimensão 1, as mesmas também acabam por impactar neste tópico. O cadastramento dos beneficiários deveria ser mais rigoroso, até mesmo para evitar fraudes.

A dimensão 3 cumpriu com grande parte das imposições da Lei de Acesso à Informação - LAI, garantindo ao menos preceitos básicos que são propostos na LAI (BRASIL, 2011). Neste sentido, observa-se que a lei contribui para melhoria da publicidade e responsabilidade na prestação de contas dos recursos públicos, promovendo maior transparência. Entre os maiores consensos encontrados na obtenção de medidas de combate a corrupção relaciona-se a promoção da transparência disposta por meio de dados abertos (FLORÊNCIO FILHO; ZANON; 2020).

Embora já venha ocorrendo no Brasil à promoção da transparência, o índice evidenciado é convidativo à reflexão de que ainda há muito a ser melhorado. E em se falando de políticas públicas a discussão ainda é mais complexa, pois somente com maior transparência no ciclo total da política é que pode ser avaliado seu impacto real na sociedade, e a efetividade da mesma. Em virtude da conjuntura crítica representada pela pandemia da Covid-19 (SULLIVAN; WOLFF, 2021) ocorrem muitas mudanças de padrão, ao passo que se produzem legados históricos com predominância de interesses políticos. Para tanto, implementar mecanismos de governança vem a fomentar a análise e a qualidade da comunicação das informações (ANDRADE; FUJINO, 2023). E a transparência, vem reforçar a importância do acompanhamento social nestes momentos em que muitas situações são novas e fogem aos antigos padrões, tendo a sociedade como um importante agente fiscalizador das ações do Estado. De igual modo, o Estado deve contribuir por meio da *accountability,* prestando contas à sociedade dos investimentos realizados.

CONCLUSÕES

As políticas públicas são implantadas visando preencher a vastidão de carências sociais externalizadas de longa data, mas em virtude da crise da Covid-19 essas carências ficaram ainda mais

evidentes e escancaradas a toda a sociedade. Mesmo em meio à turbulência, as políticas implementadas para amenizar tais situações devem ser transparentes, inserindo-se neste contexto o objetivo deste estudo consiste em analisar o nível de transparência da política pública de renda do auxílio emergencial, implementada no Brasil durante a pandemia da Covid-19.

A complexidade da discussão da política pública envolve, principalmente a capacidade de avaliar o seu impacto frente ao que foi proposto, e neste contexto, a transparência das informações vem a contribuir no processo de avaliação. Ao avaliar a sua total transparência, subtende-se que as informações que são relevantes no momento de realizar uma análise de impacto estejam todas disponibilizadas. Esta é uma forma de assegurar que esta e outras políticas possam ser avaliadas por instituições independentes ao governo, desde que apresentem um bom índice de transparência.

Assim, o índice proposto vem com o intuito de adicionar ferramentas à administração pública e a sociedade, para avaliar o que está sendo feito, mas principalmente como está sendo feito, pois avaliar o processo é a possibilidade de ajustá-lo para que promova maior resultado quanto o esperado. Após a prorrogação do auxílio emergencial, é importante que ferramentas como esta sejam utilizadas para avaliar os pontos fortes e os pontos fracos do modelo implantado, e assim, o índice contribui no processo de avaliação.

Como resultado do estudo, este índice, $ITPP_{AE}$, avaliado em 60,42% de transparência, vem apontar as deficiências operacionais e a necessidade de melhorias no planejamento e controle desta política pública de auxílio e renda, pois de fato, a fase inicial, aqui caracterizada na dimensão 1(monitoramento), deve ser ajustada e melhor controlada. Para isso, os mecanismos de governança, de indicadores, avaliação e controle, podem aprimorar o processo e eliminar as falhas nas fases posteriores. Nesta discussão, cabe relembrar que o processo de inclusão de usuários não foi tão rigoroso, permitindo a entrada irregular de beneficiários. O estudo também ressalta a necessidade de aprimoramento para atuação em questões emergenciais, de forma a evitar, ou ao menos, minimizar fraudes.

Além disso, este modelo é uma ferramenta que convida para que ocorra uma administração mais participativa, que envolva maior atuação da sociedade. A sua elaboração é baseada na simplicidade e clareza e compreende o intuito de que qualquer pessoa possa fazer a aplicação do índice, para que seja útil aqueles que desejarem tornar-se cidadãos atuantes e participativos, para assim contribuir com a melhoria dos processos, da gestão, e crescimento como sociedade.

Entre as limitações encontradas na pesquisa envolve o período posterior a implementação da política, visto que a administração pública está ainda pautada exclusivamente ao monitoramento. Há uma lacuna grande no sentido de mostrar resultados mais específicos e sintetizados para a sociedade. A exemplo que não se encontram informações diretas dos resultados de políticas, e seu impacto onde

foram implantadas, nem mesmo a própria administração pública consegue avaliar e mostrar os resultados de suas ações. E este fato impacta no resultado de avaliação da transparência do índice, que acaba automaticamente por não pontuar em pontos importantes a serem avaliados.

Em virtude de não haver ainda um instrumento de medição da transparência das políticas públicas contemplando todo seu ciclo, sugere-se que o presente instrumento possa servir de base para a aplicação em outras políticas públicas. Evidentemente que será necessário ajuste em algumas variáveis, de acordo com a especificidade de cada política. Além disso, é possível ranquear o nível de transparência das políticas, possibilitando a comparação entre as políticas existentes, semelhante ao que ocorre com o índice de transparência de países, estados e municípios.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. M. N.; FUJINO, A. "Condicionantes da qualidade da informação contábil à luz do regime de informação do sistema de governança corporativa: uma aproximação conceitual". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 48, 2023.

ALVARES, L. B. O. "Direito econômico e políticas públicas urgentes: um estudo de caso sobre estratégias econômicas aplicadas à crise do Coronavírus". *In*: GASPARETTO JR., A. (org.). **Medidas de emergência na administração pública**. Nova Xavantina: Editora Pantanal, 2020.

ARAÚJO, D. S. "Covid-19 e a "transparência" de dados pessoais dos beneficiários do auxílio emergencial à luz da Lei Geral de Proteção de Dados". **Boletim de Conjuntura (BOCA**), vol. 3, n. 8, 2020.

BARBOSA, R. J.; PRATES, I. **Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia**. Brasília: Ipea, 2020.

BÊRNI, D. A.; FERNANDEZ, B. P. M. **Métodos e técnicas de pesquisa**: modelando as ciências empresariais. São Paulo: Editora Saraiva, 2012

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília: Planalto, 2011. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11/12/2023.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise *ex* post. Brasília: Casa Civil, 2018. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 11/12/2023.

CAMARANO, A. A. "Depending on the income of older adults and the coronavirus: orphans or newly poor?". **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 25, 2020.

CGU - Controladoria Geral da União. **Escala Brasil Transparente 360º**. Brasília: CGU, 2018. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 11/12/2023.

CUNHA, C. G. S. "Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil". **Revista Estudos de Planejamento**, n. 12, 2018.

DIAS, R. **Gestão Pública**: aspectos atuais e perspectivas para atualização. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V. **Design science research**: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Porto Alegre: Editora Bookman, 2015.

FLORÊNCIO FILHO, M. A.; ZANON, P. B. 'Covid-19 e corrupção: políticas de controle em face às medidas emergenciais". **Revista Pensamento Jurídico**, vol. 14, n. 2, 2020.

GASPARETTO JUNIOR, A. (org.). **Medidas de emergência na administração pública**. Nova Xavantina: Editora Pantanal, 2020.

GERTLER, P. J. *et al*. **Avaliação de impacto na prática**. Washington: Banco Mundial, 2018.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. "Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades". **Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambú: ABEP, 2016.

KOMATSU, B. K.; MENEZES FILHO, N. "Simulações de Impactos da COVID-19 e da Renda Básica Emergencial sobre o Desemprego, Renda, Pobreza e Desigualdade". **Insper**, n. 43, 2020.

MARANHÃO, R. A.; SENHORAS, E. M. "Pacote econômico governamental e o papel do BNDES na guerra contra o novo coronavírus". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 4, 2020.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual da gestão pública contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 2020.

MATTEI, L. "A crise econômica decorrente do covid-19 e as ações da Equipe econômica do governo atual". **Portal Eletrônico UFSC** [2020]. Disponível em: <www.ufsc.br>. Acesso em: 16/01/2024.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. "Prestando contas aos brasileiros". **Portal Gov.br** [2020]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 23/01/2024.

NICOLA, M. *et al*. "The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): A review". **International journal of Surgery**, vol. 78, n. 1, 2020.

OKBR - Open Knowledge Brasil. "Nota metodológica". **OKBR** [2020]. Disponível em: <www.ok.org.br>. Acesso em: 14/01/2024.

PASE, H. L.; MELO, C. C. "Políticas públicas de transferência de renda na América Latina". **Revista de Administração Pública**, vol. 51, n. 2, 2017.

PECI, A.; AVELLANEDA, C. N.; SUZUKI, K. "Respostas governamentais à pandemia da COVID-19". **Revista de Administração Pública**, vol. 55, n. 1, 2021.

POSSAMAI, A. J.; SCHINDLER, E. "Transparência e Lei de Acesso à Informação (LAI) nos municípios gaúchos: fatores associados". **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 45, n. 1, 2017.

RAFAEL, R. M. R. *et al*. "Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil". **Revista Enfermagem UERJ**, vol. 28, 2020.

RAPOSO, K. R. P. S. *et al*. "Avaliação do ciclo da política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses no contexto do sistema capitalista". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 15, n. 44, 2023.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. "Precisamos evoluir em transparência? - Uma análise dos estados brasileiros na divulgação de informações sobre a Covid-19". **Gestão e Sociedade**, vol. 14, n. 39, 2020.

RODRIGUES, K. F. "A política nas políticas de acesso à informação brasileiras: trajetória e coalizões". **Revista de Administração Pública**, vol. 54, n. 1, 2020.

SANTOS, J. G.; MOTA, F. P. B. "A transparência governamental em tempos de covid-19: reflexões do quadro brasileiro". **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**, vol. 14, n. 39, 2020.

SCHYMURA, L. G. "A dificuldade de o auxílio emergencial chegar a quem precisa". **Revista Conjuntura Econômica**, vol. 74, n. 4, 2020.

SMANIO, G. P.; NUNES, A. R. S. "Transparência e controle social de políticas públicas: efetivação da cidadania e contribuição ao desenvolvimento". **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, vol. 4, n. 3, 2016.

SOUZA, C. "O estado da arte da pesquisa em políticas públicas". *In*: HOCHMAN, G. (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SULLIVAN, E.; WOLFF, E. A. "Políticas, pandemias e auxílio do estado: o papel dos atores políticos no auxílio governamental oferecido pelos Países Baixos durante a pandemia da COVID-19". **Revista de Administração Pública**, vol. 55, n. 1, 2021.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 17 | Nº 50 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima